
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP**

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2023 (18/12/2023), às dez horas (10h00min) em primeira chamada e às dez horas e trinta minutos (10h30min) em segunda chamada, por convocação do **Presidente do Consórcio, Prefeito ROGER FERNANDES GASQUES**, de forma telepresencial, através do link <https://us06web.zoom.us/j/87536038358>, foi realizada a Assembleia Geral do **Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (CIOP)**. Presentes: PRESIDENTE: **Roger Fernandes Gasques**, Prefeito de Álvares Machado; 1º VICE PRESIDENTE: **Suelen Nara Matos Mative**, Prefeita de Caiabu; 2º VICE PRESIDENTE: **Wheslen Thiego Scaione Cachoeira**, Prefeito de Indiana; 1º SECRETÁRIO: **Edson Tomazini**, Prefeito de Presidente Prudente; 2º SECRETÁRIO: **Adailton Cesar Menossi**, Prefeito de Anhumas; 1º TESOUREIRO: **Marcos Slobodticov**, Prefeito de Rancharia; 2º TESOUREIRO: **André Marcelo Zuquerato dos Santos**, Prefeito de Regente Feijó; **Anderson José Betio**, Prefeito de Santo Expedito; **Bárbara Medeiro Vilches**, Prefeita de Presidente Venceslau; **Celso Pirani Passos**, Prefeito de Alfredo Marcondes; **Murilo de Nóbrega Campos**, Prefeito de Iepê; **Silvio Gabriel**, Prefeito de Rosana; **André Kozan Lemos**, Prefeito de Dracena; **José Bonilha Sanches**, Prefeito de Santo Anastácio; **Itamar dos Santos Silva**, Prefeito de Narandiba; **Reginaldo Luiz Ernesto Cardilo**, Prefeito de Presidente Bernardes. Presentes também a **Srta. Maria Heloisa da Silva Cuvolo**, Diretora Executiva; **Sr. Claudio Denner Monteiro**, Diretor de Saúde; **Sr. Sergio Ricardo Stuani**, Diretor Jurídico; **Sra. Fernanda Luiza Guinossi Barbosa Deak**, Coordenadora do SIM-CIOP; **Sr. Luis Gustavo Seki Deguchi**, Controlador Interno do CIOP; **Sr. Elton Rodrigo de Castro Garcez**, Assistente Jurídico do CIOP; **Sr. Julio Cesar Gratton Pagnosi**, Assistente Jurídico do CIOP; **Sra. Luciana Gutierrez Godoy**, Chefe de Finanças; **Sra. Maria Lucia da Silva Oliveira**, Chefe do Setor de Recursos Humanos; **Sr. Marcel dos Santos Cardoso**, Chefe do Setor de Compras e Licitações; **Sr. Antonio Carlos Araújo**, representante da empresa ARAÚJO E SILVA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL S/S LTDA; **Sra. Luciana de Freitas Telles Peres**, Presidente do SINTRAPP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Presidente Prudente e Região. Presentes os representantes dos veículos de imprensa: **Sra. Bruna Bonfim**, do Portal de Notícias G1 Presidente Prudente e Região; **Sr. Jonatas Caetano**, da Rádio Comercial AM; **Sra. Mellina Dominato**, do Jornal O Imparcial. Presentes os funcionários e demais civis: **Sr. Josimar dos Santos Souza**; **Sra. Helen Arrais**; **Sra. Josiane Silva**; **Sra. Mariane Souza**; **Sra. Sonia Auxiliadora**; **Sra. Valéria Ribeiro**; **Sra. Yngrid Naianny**; **Sr. Julio Renan**; **Sr. Robson Dare**; **Sr. Alisson Ciriaco**; **Sra. Alessandra Rorto**; **Sra. Celia Molles**; **Sr. Verlei Xavier**; **Sra. Silvana Sanches**. A presente Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para tratar do Termo

de Acordo referente aos débitos do município de Presidente Prudente. Aberta a sessão e iniciada a Assembleia, o Presidente Roger agradeceu a presença de todos e determinou a gravação da reunião e, após explicou que, ao menos de início, a palavra é reservada aos Prefeitos dos Municípios Consorciados. Em considerações iniciais o Presidente aduz que a Assembleia irá apreciar, por deliberação dos prefeitos, o acordo proposto ao Município de Presidente Prudente, em reunião com o Ministério Público Estadual. Ato contínuo, o Presidente faz uma síntese dos fatos que antecederam à elaboração do acordo, desde a Assembleia do dia 04/12/2023, onde o Município de Presidente Prudente informou que naquela mesma semana iria regularizar os débitos vencidos em setembro, no valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), e realizar o pagamento dos débitos vencidos em outubro, novembro e vencidos em dezembro em doze parcelas mensais. Diante disto, aquela Assembleia foi encerrada com o intuito de submeter a proposta à análise por parte equipe técnica do CIOP, que não encontrou viabilidade em tal hipótese. Posteriormente, realizou-se nova Assembleia, dia 11/12/2023, para tratar da proposta de acordo, ressaltando-se que, até aquele momento, Presidente Prudente não havia efetuado o pagamento da parcela vencida em setembro do presente ano. Na referida assembleia, expôs-se a estimativa dos custos para a rescisão contratual dos empregados vinculados aos Contratos de Programas celebrados entre CIOP e Município de Presidente Prudente, onde observou-se que tal valor era superior a R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), o que demonstra que a proposta exarada tornaria inexecutável a continuidade da prestação dos serviços. Diante disto, o CIOP contrapropôs que o Município pagasse os débitos vencidos em setembro, outubro e novembro e parcelasse o débito vincendo de dezembro, todavia, não foi aceita sob a alegação de indisponibilidade financeira. Em nova tentativa, CIOP propôs que Presidente Prudente pagasse os débitos vencidos em setembro e outubro e parcelasse os vencidos em novembro e vencidos em dezembro, o que também não foi aceito. Por seu turno, o Município sugeriu pagar R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) e que o CIOP continuasse prestando os serviços sem repasse, utilizando-se das reservas do contrato, o que também não foi aceito. Naquele contexto, diante da ausência de perspectiva de resolução, deliberou-se em Assembleia pela autorização para que se procedesse aos avisos prévios, bem como a rescisão contratual com o Município com a retenção do saldo dos contratos, inclusive da Cidade da Criança. Publicaram-se as portarias respectivas, de acordo com o decidido na Assembleia do dia 11/12/2023, ressaltando-se que não foi entregue aviso prévio a nenhum funcionário. No dia 13/12/2023, em reunião com representantes do Ministério Público Estadual, Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e Câmara Municipal de Vereadores de Presidente

Prudente, onde o CIOP propôs que o Município pagasse o débito vencido em setembro, bem como os débitos referente aos contratos dos médicos plantonistas, vencidos outubro, novembro e o vencido em dezembro, parcelando-se o restante em seis vezes mensais, o que foi aceito pelo Poder Executivo Municipal. Em ação conjunta com o corpo técnico do Município, o CIOP elaborou a minuta do termo de acordo que, sendo aprovado pela presente Assembleia, será assinado e submetido à apreciação judicial para homologação. No dia 14/12/2023, atendendo recomendação do Ministério Público do Trabalho, realizou-se reunião com os empregados, representantes da Prefeitura, do SINTRAPP e do Conselho Municipal de Saúde, com o fim de dar-se transparência às tratativas entre CIOP e Presidente Prudente. Passada a palavra à Srta. Maria Heloisa da Silva Cuvolo, Diretora Executiva, esta fez a leitura da íntegra da minuta do termo de acordo. Após, o Presidente do Conselho Fiscal do CIOP, o Sr. Murilo Nobrega Campos, Prefeito do Município de Iepê, pediu a palavra e recomendou que se mantivesse a suspensão da restituição do imposto de renda e a reserva do contrato da Cidade da Criança até a finalização do acordo. Por sua vez, o Sr. Edson Tomazini, Prefeito de Presidente Prudente, se manifestou pela impossibilidade de atender à sugestão do Presidente do Conselho Fiscal. Em seguida, Presidente Roger aduz entender o posicionamento do Prefeito Murilo, Presidente do Conselho Fiscal do CIOP, ao fazer tal recomendação e coloca o tema em discussão pelos demais prefeitos. Pedindo a palavra, Sra. Bárbara Medeiro Vilches, Prefeita de Presidente Venceslau, solicita maiores esclarecimento sobre o tema, o que é prontamente atendido pelo Presidente Roger, que explica que o referido recurso é um saldo do contrato de Presidente Prudente, da Cidade da Criança, e que o Prefeito Murilo recomendou que tal saldo fosse retido até o cumprimento do acordo pela Prefeitura de Presidente Prudente, sendo devolvido com o adimplemento das seis parcelas. Em complemento, o Sr. Edson Tomazini, Prefeito de Presidente Prudente, explana que o mencionado recurso sempre esteve disponível na conta vinculada ao Contrato de Programa da Cidade da Criança, sob a gestão do CIOP, concluindo que, segundo seu entendimento, o fato de o recurso já estar sob a gestão do CIOP torna irrelevante a recomendação feita pelo Presidente do Conselho Fiscal do CIOP. A 1º Vice Presidente do Conselho Diretor do CIOP, Sra. Suelen Nara Matos Mative, Prefeita de Caiabu, usou da palavra para questionar qual seria a consequência aos demais Municípios Consorciados e ao próprio CIOP em caso de eventual inadimplemento das obrigações contraídas por Presidente Prudente no acordo ora analisado. Em resposta, o Presidente Roger presta os esclarecimentos pertinentes. Posteriormente, o Sr. José Bonilha Sanches, Prefeito de Santo Anastácio, pede a palavra e expressa sua concordância com a recomendação feita pelo Prefeito Murilo. Em seguida, 1º Tesoureiro, Sr.

Marcos Slobodticov, Prefeito de Rancharia, faz uso da palavra para questionar sobre a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP. Presidente Roger explica que terá que se justificar perante o TCE/SP pelo déficit orçamentário do CIOP, mas que o acordo homologado judicialmente contribuiria para a defesa. Após, o Sr. Itamar dos Santos Silva, Prefeito de Narandiba, pede a palavra para solicitar o prazo de alguns minutos para que os prefeitos ponderem sobre a recomendação feita pelo Presidente do Conselho Fiscal do CIOP, aludindo que tal recomendação deveria ter sido discutida antes da finalização da minuta de acordo. O 2º Secretário do Conselho Diretor do CIOP, Sr. Adailton Cesar Menossi, Prefeito de Anhumas, fazendo uso da palavra, expôs sua concordância com a fala do Prefeito Itamar, no sentido de que tal recomendação deveria ter sido proposta antes da finalização da minuta do acordo, que o atendimento a tal recomendação inviabilizaria financeiramente o cumprimento por parte do Município de Presidente Prudente, e que se deveria votar apenas o acordo em questão. A Sra. Suelen Nara Matos Mative, Prefeita de Caiabu, novamente se utilizando da palavra, expressa aquiescência à posição do Prefeito Adailton, destacando que as cláusulas do acordo, tal como o bloqueio em conta e a suspensão da prestação dos serviços consorciais, já são suficientes para assegurar a efetividade necessária. Por seu turno, o Prefeito Edson faz uso da palavra para expressar que o acordo foi elaborado dentro das possibilidades do Município. Encerrada a discussão quanto a recomendação feita pelo Prefeito Murilo, decidiu-se seguir com votação apenas da minuta do acordo, nos termos do que foi lido pela Diretora Executiva do CIOP. O Presidente Roger colocou em votação o termo de acordo entre o CIOP e o Município de Presidente Prudente, sendo aprovado por unanimidade. Concluída a votação, o Presidente Roger esclareceu que o prazo para o pagamento da primeira parcela é dia 22/12/2023, e que, efetivando-se o pagamento, as portarias que autorizaram a cessão do de aviso prévio serão revogadas. Ao final, os prefeitos que desejaram fizeram uso da palavra, bem como a Sra. Luciana de Freitas Telles Peres, Presidente do SINTRAPP. O Presidente Roger respondeu as perguntas elaboradas, através do *chat*, pelos civis presentes. Em seguida, o Presidente Roger aduziu as considerações finais. Encerrou-se a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, que vai assinada pelo Presidente e pela Diretora Executiva.

Presidente Prudente/SP, 18 de dezembro de 2023

Roger Fernandes Gasques
Presidente do CIOP

Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva do CIOP